



que integram os movimentos sociais, talvez por conta das dificuldades de compreensão da definição desta categoria de análise. Autoras como Sardenberg (2004) e Castro (1992) relatam sobre o desafio que tem sido traduzir o termo do discurso da academia para a linguagem cotidiana dos movimentos sociais.

Gênero não é uma “coisa”, como uma pedra que a gente tropeça no caminho, gênero é uma abstração, um construto, é uma teorização em torno de certos fenômenos. Como se diria na perspectiva marxista: “gênero é o concreto pensado” (SARDENBERG, 2004, p. 21).

Sendo assim, adotaremos o entendimento do movimento social como “uma ação grupal para transformação voltada para realização dos mesmos objetivos, sob a orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns e sob uma organização diretiva mais ou menos definida” (SCHERER-WARREN, 1987, p. 20). Este texto traz, ainda, a concepção de gênero numa perspectiva feminista – para além do uso “genérico” (em geral, despolitizado) pontuado por Sardenberg (2004).

Gênero faz parte da identidade pessoal, assim como o sexo, a cor da pele, a classe social e as demais circunstâncias sociais e culturais. Por outro lado, a atribuição de gênero não se restringe apenas aos comportamentos dos sujeitos, mas se projeta também nas práticas e instituições sociais, que podem ser qualificadas de masculinas ou femininas, conforme os valores que expressam (CARVALHO, 2000, p. 16).

Neste contexto se constituem as classes sociais, as quais se definem pela função social exercida pelos seus integrantes no sistema produtivo (em geral, fala-se em classe dominante/capital e classe dominada/trabalho). Essas colocações podem nos permitir fazer algumas ilações acerca das interações analíticas entre gênero e classe a partir da concepção de gênero apresentada até aqui. As relações entre gênero e classe nos permitem constatar que, no universo do mundo produtivo e reprodutivo, vivência-se também a efetivação de uma construção social sexuada, onde os homens e as mulheres que trabalham são, desde a família e a escola, diferentemente qualificados e capacitados para o ingresso no mercado de trabalho. E o capitalismo tem sabido apropriar-se desigualmente dessa divisão sexual do trabalho. Neste tipo de construção teórica costumam-se distinguir duas linhas de análise: a primeira enfatiza a reprodução da população no contexto da reprodução da sociedade e permite focalizar aspectos macrossociais; a outra enfatiza a reprodução dos indivíduos em suas determinações estruturais, possibilitando focalizar as ações individuais e familiares.

É pertinente ressaltar que algumas pesquisadoras, a exemplo de Nicholson (1993) apontam limitações à abordagem marxista, sobretudo por conta da separação entre as esferas da produção e da reprodução. Já Hirata e Kergoat (1994) apontam os limites do marxismo cuja teoria é insuficiente para contemplar a opressão sofrida pelas mulheres, que não se limita à exploração enquanto classe. Nesse sentido, não consideram que o patriarcado seja a

estrutura essencial da sociedade; discordam que as relações sociais de sexo ou de sexagem sejam as relações predominantes; e concluem que as relações de classe e as relações de sexo são portanto relações estruturantes e fundamentais da sociedade em oposição a outras relações que seriam contingentes.

A reprodução da população – que abarca a reprodução humana, os processos sociais que permitem explicar contradições existentes entre a população e os recursos disponíveis, como a reprodução da força de trabalho – remete à capacidade dos indivíduos (físicas e psíquicas) que são postas em ação ao produzirem valores de uso de qualquer natureza. O conceito de reprodução da força de trabalho envolve, portanto, desde o desgaste físico e psicológico do trabalhador como indivíduo (abarcando as características dos processos de trabalho e de produção, qualificação, adaptabilidade e rotatividade), até a organização familiar, a incorporação de mulheres e menores no mercado de trabalho, os mecanismos de socialização, aprendizagem e controle, produzidos no interior das unidades domésticas e também nas escolas, ou mesmo nos sindicatos. Assim, a reprodução da força de trabalho abrange a reprodução do próprio trabalhador e também dos seus familiares, destacando-se o papel das unidades domésticas e de seus membros, ao porem em prática mecanismos intra e extra-domésticos que são fundamentais para a manutenção dos níveis de vida da população em situações históricas dadas.

É evidente que a ampliação do trabalho feminino no mundo produtivo das últimas décadas é parte do processo de emancipação parcial das mulheres, tanto em relação à sociedade de classes quanto às inúmeras formas de opressão masculina, que se fundamentam na tradicional divisão social e sexual do trabalho. Mas - e isso tem sido central – o capital incorpora o trabalho feminino de modo desigual e diferenciado em sua divisão social e sexual do trabalho. Os desdobramentos são perceptíveis na sociedade, quando se observa os elevados índices de desemprego feminino ou o alto número de mulheres chefes de família, a exemplo do que ocorre na cidade de Salvador. Logo, as mulheres estão nas cidades, as mulheres estão em todos os lugares. Ainda que esta constatação possa parecer uma obviedade, vez por outra nos damos conta que o que parece evidente por vezes oculta uma trama complexa onde o estar e transitar fisicamente em um dado território não significa automaticamente a ocupação do mesmo como espaço próprio, ou mais grave ainda, como espaço público, lugar da cidadania.

Assim, há uma similitude no interrogar se as mulheres são agentes ocultos nas cidades e afirmar que as mesmas estão em todos os lugares. Essa similitude, por sua vez, revela uma diferença: uma coisa é constatar a presença feminina na cidade, outra completamente distinta é pensar a produção desse espaço tendo como preocupação política e analítica a estrutura e a dinâmica das relações de desigualdades entre mulheres e homens (GOUVEIA, 2008). No contexto do déficit habitacional em Sal-

vador, existem questões sociais mais amplas, acessórias, porém de absoluta pertinência para a compreensão de “Salvador, cidade das desigualdades” (ESPINHEIRA, 1999, p. 63), e que não se restringem à discriminação por gênero, mas que perpassam: a segregação por raça, etnia e deficiência, a prevalência dos direitos patrimoniais sobre os direitos humanos, a criminalização dos movimentos sociais, a intervenção policial nos conflitos sociais, a necessidade de uma reforma urbana democraticamente construída, a feminização da pobreza e do desemprego, a ausência de um marco jurídico que regulamente o conflito fundiário urbano, o lobby e a especulação imobiliária, dentre outros.

Uma breve análise dos dados referentes a um estudo censitário realizado junto ao MSTs revela resultados inquietantes quanto aos impactos deste modelo de sociedade e, conseqüentemente, do seu fazer política pública para a vida das moradoras e dos moradores de ocupação. A priori, os dados centrais para a realização desta pesquisa são relativos ao perfil sócio-demográfico dos integrantes do MSTs, reveladores de uma grave distorção quanto às relações de gênero: ainda que sejam maioria nas ocupações do movimento, as mulheres não ocupam proporcionalmente funções na coordenação ou mesmo dentro das ocupações, reproduzindo o que Michael Kimmel (Apud SARDENBERG, 2004, p. 18) se refere como sendo “o privilégio da masculinidade, privilégios que os homens sempre desfrutaram”, a exemplo do exercício do poder.

Assim, observamos que as mulheres constituem 70% do MSTs e ocupam apenas 28% dos cargos de coordenação do movimento. Falar das desigualdades não é apenas tratar do problema do ponto de vista do acesso desigual aos espaços e processos das cidades é, acima de tudo, reconhecer que as desigualdades entre mulheres e homens não atravessam a produção e reprodução das cidades, mas são, por princípio, elementos constituintes das mesmas. Esta é uma distinção importante, na medida em que se atuamos apenas no plano das desigualdades de acesso estaremos trabalhando os impactos da estrutura na vida das mulheres- o que é importante, mas não o suficiente – enquanto que ao assumirmos as desigualdades de gênero como estruturadoras e dinamizadoras das cidades estaremos enfrentando a questão do poder e conseqüentemente dos privilégios que os homens têm com a conservação desta estrutura, considerando que tais desigualdades observadas de forma mais ampla na sociedade se reproduzem no âmbito dos movimentos sociais.



Deste modo, analisar as sociedades numa perspectiva de gênero é desvelar e buscar transformar os complexos mecanismos sociais, políticos e institucionais que têm mantido as mulheres em situações de opressão, submissão e injustiça. Cabe ressaltar que a questão de gênero aparece relacionada a outras categorias como raça e classe, remetendo ao que Castro (1992, p. 61) classificou como “alquimia das categorias sociais”, pautada nos aspectos de gênero, raça e classe enquanto determinantes das relações sociais e que leva à fragmentação da identidade por referências exclusivas. Interessante notar que embora o discurso do movimento femi-

nista (grosso modo) se proponha a lutar pela igualdade, respeitando as diferenças, isto ainda é pouco difundido, principalmente quando se tem em conta resultados de estudos realizados e que discorrem acerca da dificuldade que as mulheres que integram movimentos populares têm de se identificar, por exemplo, com o movimento feminista, o qual costumam associar à mulheres de posição social distintas, em geral, superiores (CASTRO, 1992).

[...] Em sociedades como a nossa, nas quais existe também uma hierarquia racial e étnica, é certo que a situação de dominação/subordinação a que se vêem submetidas as mulheres se manifestará concretamente, de formas e intensidades diferentes, de acordo com esses parâmetros (SARDENBERG; COSTA, 1994, p. 85).

No Brasil, as diferenças de raça, etnia, gênero e classe ainda são pouco consideradas, nomeadamente se essa discussão se referir a um debate mais específico, pautado, por exemplo, na realidade concreta dos movimentos sociais. Nesta teia sócio-econômica é possível identificar inúmeras necessidades colocadas como prioritárias pelas famílias do MSTs. Em resumo, para as integrantes e os integrantes do

movimento, não basta que o governo lhes “dê” uma casa: é necessário dispor de moradia digna com condições igualmente dignas de viver e se sustentar. Tal objetivo não pode ser alcançado sem considerar as relações de gênero, raça e classe, uma vez que a maioria das pessoas que integram o MSTs hoje são mães solteiras, negras e desempregadas.

Logo, tais desafios levaram as mulheres do MSTs a criar em 2007 o grupo Guerreiras Sem Teto, por considerar que se fazia necessário mobilizar as mulheres do MSTs para combater a dupla opressão de gênero que enfrentam: dentro do movimento e na luta pela moradia na esfera pública; e dentro de seus lares, nas relações inter-pessoais, na esfera privada. Nesse grupo de mulheres, que se reúne regularmente e articula atividades políticas junto a

todas as ocupações do movimento, são discutidas desde questões menores referentes aos problemas cotidianos observados nas ocupações em geral, até as políticas públicas de caráter estrutural que lhes interessa, passando pelo debate político dos dissensos internos pertinentes ao MSTs.

Em um dos documentos produzidos por este grupo de mulheres, elas concluem que: Cinco anos se passaram e em Salvador (não apenas nela, trata-se de um problema das grandes metrópoles) a situação dos “sem tetos” continua a mesma ou pouco mudou; poucas casas, em vista do déficit habitacional, que nós do movimento acreditamos ser de 150.000, foram construídas; poucas famílias foram abrigadas; quase nenhuma política habitacional para resolver o problema das famílias que têm renda mensal abaixo de 1 salário mínimo foi implementada. E aí vale falar do PSH – Programa de Subsídio Habitacional – ao qual muito poucos têm acesso, e do Crédito Solidário que é um programa que não serve para quem é “sem teto”, já que sabemos que um dos nossos grandes problemas é também sermos “sem emprego”, e ele exige uma renda mensal fixa de, no mínimo, 1 salário mínimo. Então, continuamos na luta pela Reforma Urbana. QUEREMOS TETO! Mas, também queremos, acima de tudo, decidir sobre a política urbanística, sobre o nosso cadastramento, sobre a nossa gente, sobre os nossos projetos de comunidade, e exigimos disponibilidade de infra-estrutura, serviços urbanos, equipamentos, respeito.. (MSTs, 2007, p. 3)

As militantes têm construído um projeto das mulheres, na perspectiva de gênero (porém, em nenhum momento se reconhecem ou se colocam enquanto “feministas”...), dentro do projeto mais amplo do movimento. Para elas não se trata de empreender ações “paralelas” aos objetivos coletivos do MSTs ou promover qualquer tipo de lógica separatista em relação aos homens. Pelo contrário, trata-se de complementar o projeto político do MSTs, com base em um hiato que sempre as incomodou - apesar de serem maioria no movimento, como já foi colocado anteriormente, as desigualdades de gênero sempre oneram as mulheres. O que as Guerreiras Sem Teto colocam é que para além da bandeira de luta pela moradia, o movimento se constitui hoje num espaço de formação para todos e todas que dele fazem parte; mas, é, sobretudo, para as mulheres, que ele vem se configurando como um espaço emancipatório. Tendo em conta que as mesmas são educadas para o repetitivo trabalho doméstico, estar atualmente disputando a hegemonia na vida pública e nas estruturas de poder, requer um profundo entendimento do sentido da luta feminista, da história dos movimentos populares e, sobretudo, da história das mulheres e das suas lutas emancipatórias.

A partir da luta e do tensionamento empreendido pelas militantes em prol da conscientização de gênero dentro do movimento, os integrantes do mesmo passam a entender que a mulher pode se tornar uma importante aliada nas mais diversas atividades. Elas são integradas nos mutirões de construção, nas cooperativas de auto-gestão, nos espaços deliberativos do movimento e nas esferas públicas de discussão das políticas sociais. Todavia, aos mecanismos constrangedores à participação se opõem práticas de resistência das

próprias mulheres, que em circunstâncias não raras, defendem as prioridades da esfera doméstica em relação à pública. Educadas na tradição da diferenciação sexual dos espaços e papéis sociais, a maioria das integrantes do movimento, em que pese o relativo envolvimento com a luta social em suas trajetórias individuais e coletivas, entendem que as questões da política e da produção ainda são temas prioritariamente masculinos e na sua argumentação para a não participação reforçam as temáticas e encargos tradicionais da mulher. Demonstrem, com isso, que acabaram por naturalizar as relações de dominação simbólica (BOURDIEU, 1999) a que foram submetidas ao longo da construção de sua identidade de gênero.

Enfim, o grupo de mulheres do MSTs reconhece que para melhorar sua luta precisa a formação, com vistas ao empoderamento, ao qual elas atribuem o seguinte sentido:

- 1) Apossar-se do conhecimento das leis que regem o país, sobretudo no que diz respeito “às questões da mulher”;
- 2) Ter acesso às informações acerca dos serviços, dos equipamentos sociais disponíveis às mulheres, assim como também de seus companheiros, idosos e crianças;
- 3) Criar espaços formativos, de debates, de superação dos velhos conceitos, de socialização e multiplicação de conhecimentos e de desenvolvimento de habilidades necessárias para avançar na luta, e assim ter a possibilidade de, na mesma medida que os homens, assumir cargos de coordenação, deliberação e/ou visibilidade política;
- 4) Como não se pode pensar em poder sem o conhecimento da história das próprias origens, do povo negro e indígena; como não se pode pensar em empoderar as mulheres sem o conhecimento da história da opressão feminina, sem o entendimento do porque da pobreza ser, na maioria dos casos, feminina/negra, é preciso formação de “grupos de consciência” (formação de agentes multiplicadoras), um espaço de construção de consciências acerca de questões de gênero, arte, religiosidade, raça e classe;
- 5) Trabalhar a subjetividade através de oficinas de arte, expressão e comunicação, com o intuito de reconstruir a fragmentação e a castração causada pelos padrões de comportamento impostos pelo sistema capitalista, que age oprimindo principalmente as mulheres (MSTs, 2007).

Claro está para as integrantes do MSTs que a discussão em torno da questão de gênero é central no movimento, no que diz respeito principalmente à sua organização política, à materialização em sentido amplo dos objetivos do MSTs, que vem se efetivando através da construção de uma cultura política de horizontalidade e da simbologia inspirada nas lutas de Conselheiros sim, mas também nas de Zeferinas. As Guerreiras Sem Teto estão construindo um processo coletivo de mudança de uma cultura política de exclusão e não reconhecimento das identidades populares. Enfim, lutam para ampliar sua luta, de modo que ela traga grandes mudanças na atual estrutura da sociedade. Segundo suas próprias palavras: “Queremos que a nossa LUTA que se iniciou por “um teto”, venha a mover outras lutas, assim como aconteceu na década de 40, quando através das mobilizações populares por moradia, começaram a surgir a organização da União Feministas” (MONTENEGRO, 2002, p. 67).

lo personal es político derechos sexuales y reproductivos ciudadanía 107 E lo personal es político derechos sexuales y reproductivos ciudadanía 107 E lo personal es político derechos sexuales y reproductivos ciudadanía 107 E  
 derechos humanos ciudadanía libertad sexual diversidad cuerpos derechos humanos ciudadanía libertad sexual diversidad cuerpos derechos humanos ciudadanía libertad sexual diversidad cuerpos  
 feminismo género mujeres políticas públicas derechos humanos feminismo género mujeres políticas públicas derechos humanos feminismo género mujeres políticas públicas derechos humanos  
 públicas 107 E diversidad cuerpos lo personal es político mujeres género públicas 107 E diversidad cuerpos lo personal es político mujeres género públicas 107 E diversidad cuerpos lo personal es político mujeres género  
 diversidad libertad sexual feminismo 107 E políticas públicas diversidad libertad sexual feminismo 107 E políticas públicas diversidad libertad sexual feminismo 107 E políticas públicas  
 derechos sexuales y reproductivos diversidad cuerpos derechos humanos derechos sexuales y reproductivos diversidad cuerpos derechos humanos derechos sexuales y reproductivos diversidad cuerpos derechos humanos

A problemática de gênero é, indubitavelmente, um dos aspectos mais marcantes na dinâmica do MSTs: apesar de maioria, as mulheres integrantes do MSTs entrevistadas para essa pesquisa, além da luta por habitação, enfrentam ainda o machismo e o androcentrismo dentro do movimento, muitas são vítimas de violência doméstica (32% declararam já ter sofrido algum tipo de agressão, física, moral e/ou sexual); sendo que 14,9% das mulheres afirmaram enfrentar problemas de saúde (inclusive depressão) em decorrência de separações conjugais traumáticas e da solidão imposta pelo papel de mães solteiras e únicas responsáveis pelas suas famílias, o que lhes inflige uma dupla e árdua jornada de trabalho: em casa nas atividades domésticas familiares; e na rua, para sustentarem suas famílias. Muitas destas mulheres, 32%, começaram a trabalhar ainda na infância – 71% destas até os nove anos de idade – como empregadas domésticas, o que evidencia outra questão social seríssima: a exploração do trabalho infantil feminino em atividades domésticas.

A análise do desempenho das políticas públicas na Bahia é um instrumento fundamental para retomar o debate de que políticas estatais ou governamentais não são, necessariamente, políticas públicas, na medida em que não atendem à função de diminuição do nível de pobreza e desigualdade social e de gênero. Além disso, ao analisarmos toda problemática de gênero nos movimentos sociais, como se vislumbrou na seção anterior, é possível inferir que as mulheres estão sujeitas a múltiplos processos de opressão e exclusão dentro da sociedade, dada a pouca efetividade do Estado no cumprimento de seu papel de promotor do acesso universal dos indivíduos aos direitos básicos assegurados inclusive na Constituição. Reforçamos que ao longo dessas páginas as políticas públicas estão definidas a partir das colocações de Santos (2001): ações do Estado no sentido de responder às demandas, ampliar e efetivar os direitos de cidadania, promovendo desenvolvimento com equidade (de gênero, raça e etnia), e assegurando a regulação dos conflitos sociais (inclusive o conflito fundiário urbano, que é objeto precípua do MSTs) e, já na perspectiva dos governos de esquerda (o que se coaduna com o governo do estado da Bahia, atualmente do Partido dos Trabalhadores), incluindo a ampla e efetiva participação dos movimentos sociais em sua elaboração e implementação.

É a partir do momento em que as questões de gênero passam a ser discutidas na sociedade não apenas num viés meramente academicista e tornam-se ponto crucial de uma discussão política em sentido lato, inclusive em seu caráter mais instrumental (que é o das políticas públicas implementadas

pelos governos), que podemos observar que o debate transborda para além dos muros das universidades e vai além dos movimentos feministas organizados para se tornar um tema transversal aos diversos sujeitos sociais, que atuam na esfera pública tanto quanto da vida privada: mais do que nunca, “o pessoal é político” (MORGAN Apud SARDENBERG, 2004, p. 20).

Está claro que tais políticas não atendem aos interesses e demandas postos pela sociedade sob a perspectiva dos movimentos sociais (especificamente o MSTs). Portanto, essas ações não podem ser consideradas públicas e sim políticas estatais ou governamentais, porque não visam atender às demandas carentes, não ampliam e nem efetivam os direitos de cidadania, não fomentam o desenvolvimento regional, não regulam conflitos sociais e não promovem a igualdade de gênero e nem o debate público, muito menos a mobilização da sociedade civil em sua elaboração e execução. Além disso, as políticas estatais obedecem a um tempo de mandato, enquanto as públicas, de fato, desenvolvem-se num tempo teórico (tempo necessário para cumprimento das finalidades).



A própria política pública para as cidades é concebida como uma política setorial, ainda que com dimensões – ou pretensões – de ser uma política aglutinadora das demais setoriais, como está colocado nas diretrizes contidas nos programas federais ora em curso, segundo os quais o objetivo precípua seria articular a política urbana às políticas de educação, assistência social, saúde, lazer, segurança, preservação ambiental, emprego, trabalho e renda e de desenvolvimento econômico do país, como forma de promover o direito à cidade e à moradia, a inclusão social, o combate à violência e a redução das desigualdades sociais, étnicas e regionais, garantindo a desconcentração de renda e o crescimento sustentável. Evidentemente que sendo o território

das cidades o espaço da vida cotidiana, em princípio é fundamental que as políticas sejam articuladas, contudo existe uma tendência histórica de operar com as articulações a partir de uma lógica hierarquizadora, onde uma dada dimensão da realidade se coloca num centro a partir do qual as outras dimensões se encontram, sendo a dicotomia geral/específico uma de suas mais tenazes expressões.

Note-se que em um dos encontros realizados pelas Guerreiras Sem Teto, o posicionamento das mulheres do MSTs diante do Estado e das políticas públicas por este ensejadas, foi assim sintetizado:

lo personal es político derechos sexuales y reproductivos ciudadanía 107 E lo personal es político derechos sexuales y reproductivos ciudadanía 107 E lo personal es político derechos sexuales y reproductivos ciudadanía 107 E  
 derechos humanos ciudadanía libertad sexual diversidad cuerpos derechos humanos ciudadanía libertad sexual diversidad cuerpos derechos humanos ciudadanía libertad sexual diversidad cuerpos  
 feminismo género mujeres políticas públicas derechos humanos feminismo género mujeres políticas públicas derechos humanos feminismo género mujeres políticas públicas derechos humanos  
 públicas 107 E diversidad cuerpos lo personal es político mujeres género públicas 107 E diversidad cuerpos lo personal es político mujeres género públicas 107 E diversidad cuerpos lo personal es político mujeres género  
 diversidad libertad sexual feminismo 107 E políticas públicas diversidad libertad sexual feminismo 107 E políticas públicas diversidad libertad sexual feminismo 107 E políticas públicas  
 derechos sexuales y reproductivos diversidad cuerpos derechos humanos derechos sexuales y reproductivos diversidad cuerpos derechos humanos derechos sexuales y reproductivos diversidad cuerpos derechos humanos

Desempregadas, empregadas domésticas, catadoras de resíduos sólidos, camelôs, biscateiras, enfim, o que quer que hoje façamos, essa diversidade nos aponta que fazemos parte de um setor excluído da sociedade esquecido pelo poder público, setor que ainda não teve em suas vidas efetivado o artigo 6 da Constituição de 1988.

O artigo referido nos diz que Saúde, Moradia, Educação, Trabalho, Segurança Pública e Previdência Social, são direitos fundamentais para o exercício da Cidadania, todavia sabemos também que no Brasil eles estão restritos a uma pequena parcela da população, aquela que tem o capital para financiá-los, pois através do poder do Estado, do que caberia a este promover, eles não são cumpridos em pé de igualdade para todas e todos. E é por isso que nós mulheres lutamos: para fazer cumprir os direitos das famílias brasileiras!! (MSTS, 2007, p. 2).

No contexto do MSTS, referente especificamente às políticas de garantia de moradia adequada (sem ignorar que as integrantes e os integrantes do movimento carecem de outras ações do poder estatal), é possível enumerar as seguintes políticas públicas, ora em curso, no estado da Bahia:

- ◆ Políticas de prevenção e mediação: regularização fundiária, compatibilização do direito à moradia com a preservação do meio ambiente, prevenção e gestão de situações de risco à vida (referente às ocupações em área de risco e possibilidade de desabamento), promoção de habitação de interesse social no centro histórico, regularização fundiária e urbanística, regulação do mercado imobiliário, democratização do acesso à terra urbana;
- ◆ Políticas referentes à violação do direito humano à moradia adequada: promoção de unidades sanitárias, viabilização de abastecimento de água nas ocupações, regularização das ligações de energia elétrica com inclusão dos moradores nos programas sociais equivalentes, combate à insalubridade nos domicílios.
- ◆ Do exposto até aqui, podemos concluir com a assertiva de Hirata e Kergoat (1994, p. 97), que defendem que “Relações de sexo são classistas”. Numa sociedade capitalista, perpassada por diferenças de gênero, raça e classe, a ação do estado no sentido de articular os diferentes interesses em jogo se concretiza através das chamadas políticas públicas, as quais são severamente influenciadas por interesses antagônicos. Como já foi dito, as relações de classe e sexo organizam a totalidade das práticas sociais em qualquer lugar que se exerçam, o que inclui o espaço das urbes, onde diferentes papéis sociais são desempenhados (por exemplo, mulher, negra e operária), sendo que os mesmos não comportam relações mecanicistas. Podemos então inferir que as relações de sexo e de classe são indissociáveis e complementares. Tais elementos se imiscuem para compor o complexo cenário no qual se desenrola o conflito fundiário urbano e do qual as mulheres são agentes de importância central, pois lutam em todas as frentes de opressão presentes na sociedade: no campo do gênero, da classe e da raça. Eis um desafio de dimensões quase incomensuráveis para nós, feministas!◆

## REFERÊNCIAS

- BAHIA. Relatório Síntese: Conflitos fundiários urbanos e violações do direito humano à moradia adequada na Região Metropolitana de Salvador. Salvador: CONDER, 2007. Mimeografado.
- BOURDIEU, Pierre. A dominação simbólica. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- CASTRO, Mary Garcia. Alquiimia de categorias sociais na produção de sujeitos políticos. Revista Estudos Feministas, vol. 0, n. 0, 1992, p. 57-73.
- EISENSTEIN, Zillah R. Hacia el desarrollo de una teoría del patriarcado capitalista y el feminismo socialista. In: \_\_\_\_\_ (org.). Patriarcado capitalista y feminismo socialista, México, D.F.: Siglo XXI, 1980, p. 15-47.
- ESPINHEIRA, Gey. Salvador: a cidade das desigualdades. Cadernos do CEAS, n. 184, p. 63-78, nov-dez 1999.
- GOUVEIA, Taciana. Mulheres: Sujeitos ocultos das / nas cidades? Disponível em: <[http://www.forumreformaurbana.org.br/\\_reforma/pagina.php?id=1057](http://www.forumreformaurbana.org.br/_reforma/pagina.php?id=1057)>. Acesso em: 28 jun. 2008.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. A divisão sexual do trabalho revisitada. In: HIRATA, Helena; MARUANI, Margaret (orgs.). As Novas Fronteiras da Desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: Editora Senac, 2003.
- \_\_\_\_\_. A classe operária tem dois sexos. Estudos Feministas, n. 1, 1994, p. 93-99.
- MARX, Karl. Sobre o suicídio. Boitempo: São Paulo, 2006.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do partido comunista. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- MONTENEGRO, Ana. Falando de Mulheres. Salvador: Casa Amarela, 2002.
- MSTS (Movimento dos Sem Teto de Salvador). Mulheres, moradia e outras lutas. Salvador, 2007. Mimeografado.
- NICHOLSON, Linda. Feminismo e Marx: Integrando o Parentesco com o Econômico. In: BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla. Feminismo como crítica da modernidade. Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Tempos, 1993, p. 23-37.
- SACKS, Karen. Engels revisitado: a mulher, a organização da produção e a propriedade privada. In: ROSALDO, Michelle; LAMPHERE, Louise (orgs.). A mulher, a cultura e a sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1979, p. 185-206.
- SARDENBERG, Cecília M. B. Estudos feministas: um esboço crítico. In: GURGEL, Célia (org.). Teoria e práxis dos enfoques de gênero. Salvador: REDOR-NEGIF, 2004, p. 17-40.
- SARDENBERG, Cecília M. B.; COSTA, Ana Alice A.. Feminismos, feministas e movimentos sociais. In: BRANDÃO, Margarida; BINGHEMER, Maria Clara (Org.). Mulher e relações de gênero. São Paulo: Loyola, 1994, p. 81-114.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica. Florianópolis: Editora da UFSC, 1987.

1 Estudante do Mestrado Interdisciplinar em Estudos sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia (PPGNEIM/UFBA). Bolsista de Mestrado da FAPESB. Integrante da COMUNA e do LEMARX.

2 Estudo censitário de caráter quali-quantitativo, realizado junto a 12 ocupações do MSTS entre agosto e novembro de 2007, com base na metodologia de coleta e análise de dados do IBGE. Forma entrevistadas entre 45% e 75% das famílias de cada ocupação, resultando em um total de 1.234 questionários respondidos.

3 Apenas para pontuar, a pesquisa realizada junto ao MSTS revelou que quase metade dos moradores e moradoras se considera negra(o) 47% do total – e outros 26% se declararam pardos/pardas.

4 Canudos é uma comunidade que inspira o MSTS, enquanto movimento de mulheres e homens.

5 Negra que lutou pela libertação dos escravos e que liderava o Quilombo dos Urubus (região do Parque São Bartolomeu, na cidade de Salvador).